

**2º RODADA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL – PNAB 2024**

**GOVERNO DO ESTADO AMAZONAS**

**FUNDO ESTADUAL DE CULTURA**

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO DA 2º RODADA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL**  
2 **PARTE PARA ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024.** Ao 10ª (décimo) dia do mês  
3 de junho de 2024, às 16:00h, reuniram-se, de forma presencial e virtual no Cine Teatro  
4 Guarany, cito Av. Sete de Setembro - Centro, Manaus - AM, 69010-005, conforme  
5 divulgação em redes sociais e no Portaldoam publicada no dia 05/06/2024, sob  
6 coordenação e mediação dos assessores de políticas culturais **ANNE Paiva de**  
7 **Alencar (SEC), Maria LUCIANE Coêlho Ituassú da Silva (SEC) e THIAGO**  
8 **Hermido da Silva (SEC),** tendo como secretária **FERNANDA da Silva Frota**  
9 **(DPH/SEC),** como apoio à mediação **JENNYFER Balbi e Silva (CONEC)** e como  
10 interpretes de LIBRAS, **RAQUEL Nagata e THAYNÃ Lira.** O encontro contou com a  
11 presença nos termos da lista anexa de participantes presentes e virtuais, os quais  
12 participaram pelo aplicativo Microsoft Teams (via link distribuído via redes) e pelo  
13 Youtube (via canal “culturadoam”). Para ouvir os representantes do movimento  
14 **LGBTQIAPN+** do estado do Amazonas. A equipe decidiu aguardar quórum até às  
15 16:30h para dar início aos trabalhos. O início dos trabalhos foi conduzido pela  
16 mediadora **Anne Paiva.** Ela começou com uma fala de boas-vindas, onde mencionou  
17 que aquela era a segunda rodada de conversas com a comunidade LGBTQIAPN+  
18 para a elaboração dos editais específicos. Também informou que o processo de  
19 elaboração dos Editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) já estava em  
20 andamento há cerca de um mês. Explicou que a primeira série de escutas havia sido  
21 realizada no final de maio e que estavam agora na segunda fase dessas escutas. Em  
22 seguida, a mediadora sugeriu que seria proveitoso perguntar algumas coisas ao  
23 público presente para facilitar um diálogo mais construtivo. Ela questionou quem já  
24 tinha participado dos editais da Lei Paulo Gustavo (LPG) e recebeu cinco respostas  
25 positivas. Em seguida, a mediadora perguntou se todos haviam participado dos  
26 editais LGBTQIAPN+, sendo que a maioria afirmou ter participado e ter sido  
27 contemplada. Ela explicou que esses dados seriam importantes, pois eles planejavam  
28 seguir o mesmo modelo dos editais da LPG e queriam saber o que poderia ser  
29 melhorado para os editais da PNAB. Ela interrompeu para informar que o link da sala  
30 virtual tinha sido compartilhado nas mídias sociais da Secretaria, permitindo que  
31 aqueles que não puderam comparecer pessoalmente à reunião pudessem participar  
32 de forma remota. Em seguida, retomou sua fala apresentando o Guia Rápido de Apoio

33 às Escutas. Mostrou um dos artigos da PNAB que discute as possibilidades de  
34 realização de projetos nos editais. Explicou que trouxeram esse tópico porque no  
35 edital anterior para o público LGBTQIAPN+, que era considerado específico, havia  
36 uma cota para esse grupo, mas todos os editais eram abertos. Além disso, mencionou  
37 que havia uma cota para pessoas trans no edital de audiovisual. No entanto, no edital  
38 específico LGBTQIAPN+, não havia uma vinculação estrita ao projeto cultural;  
39 qualquer tipo de projeto poderia ser proposto. Ela destacou que a PNAB é uma  
40 iniciativa de cinco (5) anos, não pontual, na qual tanto o estado quanto os municípios  
41 que optarem receberão recursos para executar políticas culturais ao longo desse  
42 período. Ela incentivou a reflexão sobre o que se deseja ver na política cultural do  
43 estado daqui a cinco anos, seja mais formação para meninas trans ou a construção  
44 de um portfólio com projetos culturais durante esse período. Quais são as intenções  
45 desejadas para seu estado? Quais são as evoluções na política cultural do estado  
46 nos próximos cinco (5) anos? O que decidimos aqui moldará essa realidade e futuro.  
47 Por isso, considera importante refletir se deveriam criar um edital específico apenas  
48 para projetos culturais. Tudo será focado em projetos culturais ou não? Será que  
49 deveriam reservar uma parte específica deste edital para bolsas de formação?  
50 Deveria haver uma porcentagem dedicada à formação? Não, deveria haver uma  
51 porcentagem para a continuidade e manutenção das ações, garantindo que os  
52 projetos sejam sustentáveis ao longo do tempo. O quê que vocês querem? É isso que  
53 é interessante a gente refletir. Quais são as a evolução das ações culturais feitas  
54 pelos artistas LGBTQIAPN+ aqui no nosso estado. Enfim, e a lei, ela traz várias  
55 possibilidades, tanto realização de projetos de fomento cultural, que são o padrão,  
56 que a gente chama. Mais outros tipos de projetos, exposições, festivais. Se quiser  
57 fazer, não, dentro desse edital tem que ter pelo menos uma vaga para a realização  
58 de um edital LGBT, de um festival LGBTQIAPN+, então, isso tem que ser pensado.  
59 Continuou destacando que além dos levantamentos, estudos, pesquisas e cursos,  
60 muitas pessoas também perguntam se é possível incluir aquisições dentro desses  
61 projetos. Acredita que é importante entender que, para qualquer ação cultural ou  
62 projeto cultural, é viável incluir a aquisição de equipamentos como computadores,  
63 câmeras, entre outros, desde que estejam relacionados com a finalidade cultural  
64 proposta. Em seguida, ela mencionou que seria interessante ler mais sobre o tema  
65 posteriormente, abordando também a manutenção de grupos e projetos para a  
66 formação de público, algo que pode ser uma dificuldade para os artistas. Ressaltou  
67 que existem proibições, como o pagamento de pessoal, esclarecendo que se refere  
68 à contratação de pessoal remunerado dentro dos projetos culturais. Explicou que o  
69 servidor público não pode ser remunerado com recursos da PNAB, nem as ações  
70 específicas a serem realizadas pelo estado. Ela então perguntou quem havia  
71 participado da reunião realizada no final de maio, tanto online quanto  
72 presencialmente, mencionando que o tema já tinha sido abordado anteriormente.  
73 Anne considerou interessante lembrar que 67% dos recursos destinados às ações  
74 da PNAB em 2024 são voltados para projetos de fomento cultural, que incluem os  
75 editais discutidos. Além disso, destacou que há outros dois pontos a serem tratados

76 por meio de editais, sendo estes mais específicos, relacionados à Cultura Viva de  
77 pontos e pontões de cultura. Anne mencionou que além das escutas específicas  
78 sobre os editais de pontos e pontões de cultura, era importante destacar que novos  
79 espaços poderão ser credenciados. Esses espaços serão criados neste momento, o  
80 que significa que não é necessário já ser um ponto ou pontão de cultura para  
81 participar. Ela observou que no estado atualmente não há um pontão de cultura  
82 estabelecido, então será possível credenciar um novo pontão de cultura para receber  
83 recursos e realizar ações contínuas. O mesmo se aplica aos pontos de cultura. No  
84 entanto, enfatizou que esses são editais específicos com características  
85 distintas. Explicou que estão planejando realizar encontros específicos para o Cultura  
86 Viva, onde apenas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, como ONGs  
87 ou OSCs, poderão ser contempladas nos projetos culturais. Isso é diferente dos  
88 editais maiores, que abrangem os 67% mencionados anteriormente e que podem  
89 incluir pessoas físicas, MEIs, entre outros, sem essa restrição específica. Ela também  
90 mencionou que já há valores estabelecidos para algumas das ações com base nas  
91 últimas escutas realizadas em maio. Por exemplo, para o edital LGBTQIAPN+, o valor  
92 destinado é de 1.485.000,00 reais. **Luciane Ituassú** cumprimentou os presentes e  
93 contribuiu com a discussão, mencionando que, com base nas escutas realizadas em  
94 maio, houve um entendimento de que prevaleceria a abordagem de valores únicos,  
95 semelhante ao que ocorreu na Lei Paulo Gustavo (LPG). Diante do quantitativo de  
96 1.485.000 reais destinado, ela propôs que fosse possível contemplar 27 ações ou  
97 projetos, cada um com o valor de 55.000 reais. Luciane também destacou que aquele  
98 momento seria usado para ratificar essa informação ou debatê-la, buscando encontrar  
99 o melhor caminho para todos os envolvidos. **Mapy Mura** cumprimentou a todos  
100 desejando boa tarde e compartilhou sua experiência em uma reunião recente, que  
101 não era setorial como inicialmente pensado, mas sim uma reunião para ouvir e  
102 contribuir na construção do PAAR. Ela observou que houve uma participação muito  
103 pequena, com apenas ela presente presencialmente e problemas significativos com  
104 a conexão online, onde as pessoas estavam enfrentando dificuldades para ouvir e  
105 participar adequadamente. Mencionou que não conseguiram discutir profundamente  
106 sobre o tema, apenas comentaram sobre como o edital da Lei Paulo Gustavo foi  
107 importante, apesar das dificuldades em justificar a identidade LGBT. Ela sugeriu que  
108 fosse considerado a criação de categorias para distribuir o valor disponível, que é  
109 maior do que o da Lei Paulo Gustavo. Enfatizou a importância de permitir ações com  
110 custos baixos, médios e altos para que diversas iniciativas possam ser viabilizadas.  
111 **Anne Paiva** sugeriu iniciar a discussão sobre os valores. **Mariellen Cumagai** se  
112 descreveu como nipônica, com cabelos grisalhos e pontas rosas, olhos levemente  
113 puxados, pele amarelada e altura média, vestindo um robe preto. Ela concordou com  
114 o que Mura havia mencionado e sugeriu a possibilidade de pensar em três categorias  
115 para a distribuição dos recursos. Expressou interesse em realizar alguns cálculos e  
116 prometeu retornar para discutir mais sobre o assunto. **Anne Paiva** perguntou se todos  
117 gostariam de conversar entre si, mencionando que o grupo de hip hop havia feito isso  
118 anteriormente e foi uma experiência bastante produtiva. Ela sugeriu fazer uma pausa

119 para essa interação. **Francisco Nery** se manifestou começando com sua  
120 autodescrição como um homem gay cis, vestindo uma camisa polo azul, calça preta  
121 e tênis cinza, utilizando os pronomes "dele" e "ele". Ele observou que dentro da  
122 perspectiva discutida, há 67% reservados para fomento. Francisco sugeriu que depois  
123 todos pudessem discutir entre si, especialmente aqueles que estiveram envolvidos  
124 desde o início e tiveram projetos aprovados. Ele também mencionou ter visto que há  
125 um percentual destinado à realização de atividades relacionadas à memória e história,  
126 embora não se lembrasse exatamente qual era esse percentual. Sugeriu que todos  
127 ali, especialmente aqueles LGBT que estavam presentes, pensassem em algo para  
128 construir a memória do movimento LGBT no Amazonas. Ele destacou a importância  
129 de preservar essa história, que ele sente ter sido muito negligenciada. Com relação  
130 às questões relacionadas aos fomentos, enfatizou a necessidade de distribuir os  
131 recursos de forma igualitária entre as três categorias sugeridas anteriormente. Ele  
132 argumentou que as pessoas trans deveriam ter mais visibilidade nesse processo, o  
133 que considerava importante. E também, apenas para corrigir, quando usamos  
134 LGBTQIAPN+, entendemos que são variações de gênero. Até o momento, temos  
135 uma conferência marcada para 2025 que ainda não alterou essas letras. Na  
136 conferência, nosso objetivo não é discutir as letras em si, mas sim políticas públicas.  
137 **Luciane Ituassú** informou às pessoas que estavam participando online que os  
138 presentes estavam realizando uma breve discussão sobre os valores. Neste  
139 momento, foi decidido fazer uma pausa de 10 minutos para que todos chegassem a  
140 um acordo comum sobre o valor considerado adequado para a aplicação dos recursos  
141 neste edital específico. **Ariel** informou que já haviam chegado a um acordo. Explicou  
142 que pegaram o valor total de 1.485.000 e dividiram por três, resultando em três  
143 categorias de valores: 495.000 para cada uma delas. A partir disso, propôs que a  
144 faixa de valores fosse distribuída da seguinte forma: a menor faixa seria de 35.000,  
145 contemplando aproximadamente 14,4 projetos; a segunda categoria seria de 50.000,  
146 contemplando 10 projetos; e a categoria maior seria de 95.000, contemplando cerca  
147 de 5,2 projetos. Ariel enfatizou a importância de manter essas categorias de valor  
148 separadas, sem distinção das linguagens artísticas envolvidas nos projetos. **Anne**  
149 **Paiva** mencionou que seria necessário arredondar, por exemplo, o número de  
150 projetos contemplados como 14,4 para facilitar a aplicação prática. Ela enfatizou que  
151 não haveria divisão adicional, apenas em relação aos valores estabelecidos. **Ariel**  
152 confirmou e explicou que, além de sua identificação pessoal (usando uma camiseta  
153 laranja e bermuda azul escuro, sendo um homem negro), há um entendimento de que  
154 o edital LGBTQIAPN+ é multilínguas. Portanto, todos os indivíduos que  
155 normalmente trabalham com cultura e arte na economia criativa dentro deste edital  
156 operam em diversas linguagens artísticas. **Luciane Ituassú** destacou um ponto  
157 importante a ser lembrado sobre a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), em  
158 comparação com a Lei Paulo Gustavo. Enquanto a Lei Paulo Gustavo foi uma ação  
159 emergencial, a PNAB a partir de 2024 apresenta uma proposta diferente e de longo  
160 prazo, com recursos distribuídos ao longo de cinco anos. Ela ressaltou a importância  
161 de entender como esses cinco anos serão utilizados para beneficiar a comunidade e

162 fomentar a cultura de maneira sustentável. Mencionou a necessidade de considerar  
163 a escolha do módulo financeiro, onde o objeto do projeto é livre. Além disso,  
164 incentivou os presentes a promoverem a capacitação e formação dentro de suas  
165 áreas, especialmente considerando que este é o primeiro ano do programa e mais  
166 recursos virão nos anos seguintes. Enfatizou a importância de vislumbrar junto aos  
167 pares a possibilidade de dedicar uma porcentagem dos projetos atuais para promover  
168 esse estímulo. Ela destacou que é crucial lembrar continuamente os diferentes  
169 segmentos envolvidos, para não deixar de lado essa iniciativa, mesmo quando  
170 focamos na metodologia dos projetos. Luciane ressaltou a relevância do fomento à  
171 base comunitária, especialmente com a PNAB que promove essa política. Ela  
172 encorajou os presentes a promoverem essa abordagem entre seus colegas, pois é  
173 algo significativo para todos envolvidos. **Mapy Mura** perguntou se aquele era o  
174 momento para discutir sobre destinar metade das vagas para pessoas trans. **Anne**  
175 **Paiva** respondeu que sim, e mencionou que acredita que o outro edital LGBTQIAPN+  
176 já contemplava essa medida. **Mariellen Cumagai** expressou o desejo de discutir as  
177 ações relacionadas à formação. Como gestora do espaço de criação KUMA, ela  
178 compartilhou que conseguiram acessar alguns projetos e têm o objetivo de contratar  
179 o máximo possível de pessoas trans para suas equipes. Disse que muitas vezes não  
180 encontram pessoas com essa formação acadêmica específica, então adotam a  
181 abordagem de aprender fazendo. Isso envolve ter alguém que já é formado e aliado  
182 da causa LGBTQ+ para ensinar e uma equipe trans que está aprendendo junto. Ela  
183 enfatizou que esse é um dos projetos a longo prazo de sua política pública, visando  
184 ter uma equipe composta 100% por pessoas trans e travestis ao longo dos cinco anos  
185 da PNAB. Destacou o progresso que vem sendo feito desde o ano passado, quando  
186 começaram a implementar ações afirmativas junto à população trans e travesti. Ela  
187 se emocionou ao mencionar como a primeira Aldir Blanc em 2020 foi crucial para essa  
188 mudança e como no ano passado começaram a ver resultados efetivos, com as cotas  
189 sendo preenchidas. Também abordou a importância de investir em qualidade nos  
190 projetos aprovados, como no teatro, onde é essencial pagar por serviços de alta  
191 qualidade, como os da figurinista premiada Melissa Maia. Ela ressaltou que isso  
192 fortalece seus projetos e contribui para o objetivo principal de fomentar artistas trans  
193 em sua cidade. **Mapy Mura** destacou que gostaria de compartilhar um pensamento  
194 importante. Ela explicou que, nas reuniões segmentadas da comunidade LGBTQ+,  
195 frequentemente vê pessoas cis assumindo o microfone e discutindo sobre as  
196 dificuldades enfrentadas por pessoas trans e travestis. Enfatizou que, embora  
197 reconheça que há desafios, muitas pessoas trans estão produzindo trabalhos de alta  
198 qualidade e contribuindo significativamente, embora não sejam sempre reconhecidas  
199 pelo poder público. Ela reiterou um ponto que já havia mencionado em outras  
200 reuniões: a necessidade de reservar 10% das vagas em todos os editais para a  
201 população trans e travesti, da mesma forma como foi feito na Lei Paulo Gustavo para  
202 o audiovisual. Mapy argumentou que essa medida é crucial para possibilitar o acesso  
203 e garantir que pelo menos uma pessoa trans esteja representada em cada projeto.  
204 Ela sugeriu que todos os editais, como os de hip hop, cultura negra, estrutura e

205 Cultura Viva, incluem essa cota de 10%. Expressou sua preocupação de não poder  
206 estar presente em todas as reuniões para defender essa proposta, mas enfatizou que  
207 é fundamental que essa política seja adotada para promover a inclusão e  
208 representatividade da população trans e travesti em todas as áreas culturais.  
209 **Ezequiel** expressou a importância de ir além das cotas e do edital específico para a  
210 população LGBT. Ele destacou que dentro dos projetos, deve ser exigido que a  
211 equipe técnica seja composta por pessoas da própria comunidade LGBT. Ezequiel  
212 argumentou que não adianta o proponente ser LGBT se a equipe contratada não  
213 reflete essa diversidade, pois isso poderia permitir que pessoas cis e hétero  
214 participem sem contribuir para a inclusão da comunidade LGBT. Ele sugeriu que isso  
215 não deveria ser apenas um critério de avaliação, mas também de classificação dos  
216 projetos, pois a comunidade LGBT geralmente trabalha em rede e contrata pessoas  
217 que compartilham de suas experiências e vivências. Enfatizou que isso também  
218 poderia servir como um critério de reprovação para projetos que não cumpram essa  
219 diretriz. Além disso, abordou a importância de ter pessoas LGBT na banca avaliadora  
220 de todos os editais. Ele argumentou que apenas pessoas da comunidade LGBT têm  
221 o conhecimento e sensibilidade necessários para entender e valorizar  
222 adequadamente os projetos culturais propostos. Dessa forma, ele defendeu que todas  
223 as bancas avaliadoras devem incluir membros da comunidade LGBT para uma  
224 avaliação mais justa e precisa. **Francisco Nery** destacou a importância da discussão  
225 trazida por Mapy sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans. Ele enfatizou  
226 que é essencial medir e entender as diferentes formas de discriminação enfrentadas  
227 por diferentes grupos dentro da comunidade LGBT. Reconhecendo seus próprios  
228 privilégios como homem gay cis e pardo, Francisco ressaltou que não se trata apenas  
229 de falar sobre as adversidades, mas sim de efetivar políticas públicas que promovam  
230 a igualdade e o empoderamento político. Ele concordou com a necessidade de  
231 protagonismo dentro do movimento LGBT, mencionando que muitas pessoas ainda  
232 enfrentam dificuldades para se mostrar e contribuir ativamente. Francisco valorizou a  
233 importância das pessoas que, mesmo dentro do armário, contribuem para o  
234 movimento LGBT, ajudando a dar visibilidade e impulsionar mudanças. Ele enfatizou  
235 que é necessário criar uma memória histórica robusta do movimento LGBT no Brasil,  
236 mencionando iniciativas como a criação de um museu de memória em Curitiba e a  
237 reabertura de um museu em São Paulo após seis anos fechado. Francisco também  
238 compartilhou um exemplo de discriminação ocorrida em um edital municipal, onde  
239 uma pessoa não contratou um candidato LGBT selecionado, o que levou à denúncia  
240 junto ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública. Ele encerrou reafirmando  
241 seu apoio à reserva de percentuais para pessoas trans em todos os editais,  
242 enfatizando a importância de garantir que as políticas sejam efetivamente  
243 implementadas e respeitadas. **Anne Paiva** passou para Condições de participação.

244

245

246

247

248

249 **Tailine Adrielle** cumprimentou a todos e se apresentou como empreendedora da loja  
250 Dona Bicha e fundadora do coletivo Empregay, dedicado ao empreendedorismo e à  
251 cultura LGBTQIA+. Ela expressou interesse em compreender o funcionamento da  
252 PNAB, destacando que muitos já trabalham com empreendedorismo e cultura, mas  
253 nem todos tiveram acesso à formação necessária. Tailine enfatizou seu papel em  
254 educar e capacitar empreendedores culturais, mostrando-lhes como podem participar  
255 da economia criativa local. Ela busca entender como a PNAB pode apoiar esses  
256 esforços, visando fortalecer o movimento empreendedor dentro da comunidade  
257 LGBTQIA+. Expressou seu desejo de compreender melhor como aproveitar o edital  
258 ao escrever um projeto, destacando a importância de promover o crescimento de  
259 pessoas LGBTQIA+ no mercado local. Ela ressaltou a necessidade de educar tanto  
260 os potenciais participantes dos editais quanto os responsáveis pela Secretaria de  
261 Cultura sobre a diversidade. Enfatizou que não se trata apenas de um edital  
262 LGBTQIA+, mas sim das necessidades reais das pessoas e espaços que precisam  
263 se desenvolver, especialmente em um contexto conservador como o do norte do país.  
264 Expressou preocupações sobre a burocracia e os desafios enfrentados ao tentar  
265 organizar eventos culturais LGBTQIA+ em um ambiente conservador. Ela mencionou  
266 sua inquietação ao planejar uma feira de economia criativa e confrontar uma lei  
267 municipal que proibia crianças em eventos LGBT+. Destacou a necessidade de  
268 verificar todos os detalhes para evitar penalizações ao organizar eventos  
269 patrocinados pela cultura. Além disso, enfatizou a importância de melhorias no  
270 acompanhamento e no retorno dos editais pela Secretaria de Cultura. Ela  
271 compartilhou suas dificuldades pessoais ao tentar obter informações após a  
272 divulgação dos resultados dos editais, às vezes chegando cedo pela manhã para  
273 buscar esclarecimentos. Ressaltou a necessidade urgente de uma equipe mais  
274 estruturada e de um atendimento mais qualificado por parte da Secretaria de Cultura.  
275 Ela enfatizou que, ao lidar com os resultados dos editais, muitas vezes enfrenta  
276 dificuldades para entrar em contato com os responsáveis, o que complica a realização  
277 de eventos culturais, especialmente os voltados para a comunidade LGBT em  
278 Manaus. **Luciane Ituassú** expressou seu agradecimento pela contribuição de Tailine  
279 Adrielle, destacando a importância do feedback recebido para a melhoria contínua dos  
280 processos. Ela ressaltou que todo o processo sempre pode ser aprimorado, visando  
281 a um futuro melhor do que o presente. Luciane aproveitou para introduzir Marcos,  
282 membro do comitê de cultura que representa a sociedade civil, uma iniciativa apoiada  
283 pelo Ministério da Cultura para auxiliar os estados e entes federativos. Marcos foi  
284 convidado a contribuir com a missão de melhorar o atendimento ao público, oferecer  
285 feedback e auxiliar na elaboração de projetos. **Marcos Rodrigues** cumprimentou a  
286 todos e todas, destacando que é o coordenador do comitê de cultura do Amazonas.  
287 Ele expressou sua honra em participar das escutas ativas, que considera mais do que  
288 simples oitivas, pois são momentos de diálogo construtivo com a sociedade. O comitê  
289 de cultura do Amazonas foi estabelecido pelo Programa Nacional de Comitês de  
290 Cultura (PNCC), cujo objetivo é articular as políticas culturais nos estados brasileiros  
291 através de uma ampla rede de agentes culturais nos 27 estados da federação. Marcos  
292 enfatizou que essa iniciativa inclui a formação em direitos e políticas culturais, além

293 de promover o diálogo contínuo com a sociedade civil organizada nos territórios, como  
294 territórios quilombolas, indígenas e periféricos. Ele ressaltou que o propósito do  
295 Comitê de Cultura do Amazonas e do PNCC é aproximar esses territórios do  
296 Ministério da Cultura por meio de uma rede eficaz de agentes culturais. Explicou que  
297 está sendo implementado o edital de agentes territoriais de cultura em 11 regiões  
298 imediatas do estado do Amazonas. Ele destacou que essa iniciativa visa articular as  
299 ações culturais com os territórios locais, enfatizando a importância da escuta ativa  
300 para que produtores culturais e trabalhadores da cultura possam acessar as ações  
301 do Ministério da Cultura, incluindo os editais, e receber suporte na implementação  
302 dessas políticas. Marcos ressaltou que esse momento representa um fortalecimento  
303 da cultura, promovendo um diálogo mais próximo com os trabalhadores da cultura e  
304 oferecendo suporte na elaboração de projetos e na implementação de ações e  
305 iniciativas. Ele também mencionou que o comitê de cultura dispõe de recursos para  
306 apoiar as atividades artísticas e culturais no estado do Amazonas, especialmente a  
307 partir de Manaus, integrando essa região como parte prioritária do Programa Nacional  
308 de Comitês de Cultura. Disse que a implementação do edital de agentes territoriais  
309 de cultura representa uma construção forte e imediata que necessita do apoio  
310 contínuo do setor cultural e do fortalecimento da sociedade civil organizada, dos  
311 movimentos culturais e sociais tanto da capital quanto do interior do estado. Ele  
312 reconheceu as dificuldades logísticas enfrentadas em Manaus e nos municípios da  
313 região metropolitana, mas ressaltou que essas dificuldades podem ser superadas  
314 com engajamento e construção coletiva. Marcos enfatizou o papel dos fóruns,  
315 conferências e momentos de escuta e diálogo com a sociedade civil organizada para  
316 estimular o crescimento e fortalecimento do setor LGBT. Ele expressou confiança no  
317 papel fundamental do fórum LGBT, com destaque para a contribuição de Nery e  
318 Tailine, e reiterou o compromisso do comitê de cultura do Amazonas em oferecer  
319 suporte necessário e fortalecer a articulação territorial das políticas culturais. Marcos  
320 concluiu agradecendo e anunciando que o lançamento do comitê de cultura está  
321 programado para julho, marcando um novo momento para o diálogo e colaboração  
322 no estado do Amazonas. **Luciane Ituassú** agradeceu a Marcos e prosseguiu  
323 mencionando que no futuro o local de apoio será divulgado nas redes, com as portas  
324 abertas para receber pessoas interessadas em esclarecer dúvidas sobre a PNAB e  
325 outras leis culturais brasileiras. Ela destacou a importância de informar desde as  
326 primeiras escutas, mencionando que essa informação já foi compartilhada, embora  
327 não tenha certeza se todos estavam presentes para ouvir. Disse que a criação de  
328 uma assessoria de políticas culturais pela Secretaria de Cultura foi uma necessidade,  
329 visando fortalecer o diálogo com o público, artistas e representantes de diversos  
330 segmentos culturais. Explicou que a assessoria de políticas culturais não se limita  
331 apenas à PNAB, mas abrange todo o funcionamento da Secretaria. Ela enfatizou que  
332 essa iniciativa visa proporcionar um direcionamento mais focado e uma escuta mais  
333 ativa, de modo que as demandas não se percam na quantidade de atividades,  
334 garantindo assim a atenção necessária para os interessados. Mencionou que, assim  
335 como o processo da Lei Paulo Gustavo teve feedbacks positivos e negativos, é  
336 através desses feedbacks compartilhados pelos participantes que a Secretaria busca  
337 melhorar o diálogo e a efetividade dos serviços oferecidos. **Tailine Adriele** expressou  
338 sua frustração com o processo de participação em editais culturais, destacando que,  
339 através do coletivo no Instagram, frequentemente mobiliza pessoas para  
340 participarem, incentivando aqueles que já têm experiência a construir seus  
341 portfólios. Ela mencionou um projeto bem-sucedido no edital do orgulho LGBT do Itaú,  
342 onde reuniu seis pessoas para desenvolver um projeto na categoria iniciante, que não

343 exigia muita burocracia. No entanto, ao lidar com editais mais complexos, como o da  
344 Lei Paulo Gustavo, ela enfrenta dificuldades significativas. Lamentou a necessidade  
345 de extenso portfólio, experiência prévia e cadastro em sistemas de editais, apontando  
346 que, uma vez na porta das instituições, enfrenta obstáculos como falta de clareza  
347 sobre com quem falar e falta de retorno às suas solicitações. Ela criticou os longos  
348 prazos para resposta por WhatsApp e e-mail, o que desestimula a participação das  
349 pessoas e dificulta o processo. Questionou se haverá uma equipe suficiente para  
350 oferecer suporte antes, durante e após os editais, visando reduzir o caos e as  
351 frustrações enfrentadas anteriormente. Ela ressaltou a importância de um suporte  
352 eficiente para que mais pessoas se sintam incentivadas a participar dos editais  
353 culturais, evitando situações de prazos apertados e prorrogações de última hora que  
354 geram conflitos entre os participantes. **Francisco Nery** compartilhou uma experiência  
355 relacionada ao projeto Super Drag TransFronteira aprovado na Lei Paulo Gustavo.  
356 Ele mencionou que durante a avaliação do projeto, tiveram acesso aos pareceres da  
357 banca de avaliação, onde um dos avaliadores questionou a necessidade de compra  
358 de perucas. Francisco destacou que, sendo um projeto voltado para drag queens, a  
359 presença de perucas é essencial, pois faz parte da identidade drag. Ele expressou  
360 preocupação com essa fragilidade na banca de avaliação, sugerindo que os  
361 avaliadores deveriam ter um mínimo de conhecimento sobre as questões intrínsecas  
362 à comunidade LGBTQIA+, como a importância das perucas na cultura drag. Francisco  
363 enfatizou que a compra das perucas estava dentro do orçamento do projeto, que foi  
364 cuidadosamente planejado para ser eficiente. Ele concluiu reforçando que não houve  
365 nada no projeto que não estivesse alinhado com o orçamento estabelecido,  
366 destacando a importância de uma avaliação mais sensível e informada sobre as  
367 necessidades específicas das iniciativas culturais LGBTQIA+. **Luciane Ituassú**  
368 mencionou que a questão da avaliação seria discutida mais adiante, destacando que  
369 os feedbacks recebidos contribuiriam para uma nova proposta nesse sentido. Ela  
370 prosseguiu com o roteiro da reunião, abordando os critérios de participação. Luciane  
371 apresentou alguns enunciados na tela para reflexão, como a necessidade de  
372 comprovação de residência no estado do Amazonas e a condição de não estar  
373 pendente com a prestação de contas de editais anteriores realizados pelo estado.  
374 Explicou que todos os editais da Secretaria de Cultura têm como requisito obrigatório  
375 a inscrição no cadastro estadual de cultura, que serve como porta de entrada para os  
376 proponentes interessados em participar e concorrer. Ela incentivou os presentes a  
377 iniciarem ou atualizarem seus cadastros de forma paralela, buscando apoio junto à  
378 equipe responsável pelo cadastro, se necessário. Em relação aos critérios de  
379 participação, mencionou a vedação de participação para servidores, colaboradores,  
380 estagiários da Secretaria de Cultura, da agência amazonense e membros da  
381 comissão de seleção do Conselho Estadual de Cultura. Ela ressaltou que essa  
382 restrição se estende aos agentes diretamente envolvidos no planejamento, como ela  
383 própria e outras pessoas da assessoria, garantindo assim a transparência e  
384 imparcialidade nos processos de seleção dos editais. **Anne Paiva** abordou as  
385 questões de participação, expressando interesse em discutir o feedback recebido  
386 sobre a necessidade da declaração de pertencimento. Ela explicou que essa  
387 exigência estava prevista na instrução normativa do MinC como uma forma de  
388 garantir que apenas membros da comunidade LGBTQIAPN+ participassem do  
389 processo. Mencionou que a ideia por trás da pergunta "como você se sente  
390 pertencente à comunidade LGBTQIAPN+?" era filtrar os participantes de maneira  
391 sensível e garantir que a avaliação fosse feita por alguém LGBTQIAPN+. No entanto,  
392 reconheceu que essa abordagem não foi bem recebida e buscou sugestões para

393 tornar o processo mais humano e menos invasivo. **Mariellen Cumagai** apresentou  
394 uma sugestão durante a discussão sobre o cadastro estadual, propondo a viabilidade  
395 de realizar uma triangulação dos CPFs. A ideia era que, ao declarar sua identidade  
396 LGBTQIAPN+ uma única vez no cadastro inicial, não seria mais necessário repetir  
397 essa declaração para cada projeto subsequente em que a pessoa participasse, como  
398 parte da ficha técnica. Essa simplificação ajudaria a reduzir significativamente a  
399 burocracia envolvida. Explicou que poderia incluir os CPFs das pessoas envolvidas  
400 em sua ficha técnica, todas elas previamente cadastradas, permitindo que o sistema  
401 diferenciasse automaticamente aqueles que se enquadram em cotas ou vagas  
402 afirmativas. Ela destacou a importância de os sistemas serem capazes de ler e somar  
403 essas informações de forma eficiente, analogamente ao que ocorre no currículo  
404 Lattes com orientadores e alunos. **Loren Lunière**, produtora cultural e conselheira  
405 municipal de cultura, concordou com a proposta de Mariellen Cumagai durante a  
406 reunião. Ela destacou a importância de incorporar a declaração e a comprovação da  
407 identidade LGBTQIAPN+ no cadastro inicial, simplificando assim o processo para os  
408 participantes da ficha técnica que já estão cadastrados como fazedores de cultura.  
409 Loren mencionou que essa abordagem poderia simplificar significativamente a  
410 burocracia envolvida. Ela também relatou uma discussão anterior no contexto do Hip  
411 Hop, onde se discutiu que nem todos os envolvidos na ficha técnica são  
412 necessariamente profissionais da cadeia cultural e econômica criativa. Propôs então  
413 uma abordagem combinada, onde aqueles que não estiverem na ficha técnica teriam  
414 que apresentar uma declaração. **Mariellen Cumagai** propôs que no cadastro  
415 estadual seja implementada uma validação das identidades LGBTQIA+ através da  
416 triangulação dos CPFs, permitindo que a declaração seja feita uma única vez. Ela  
417 sugeriu que todos os fazedores de cultura cadastrados tenham suas anuências  
418 incluídas, eliminando a necessidade de repetir esse processo para cada projeto  
419 individual. Essa medida simplificaria significativamente o processo de participação em  
420 projetos culturais, garantindo uma validação inicial que cobriria múltiplas iniciativas.  
421 **Mapy Mura** incentivou os trabalhadores da cultura a se cadastrarem, destacando a  
422 importância dessa iniciativa. **Mariellen Cumagai** destacou que o sistema utilizado é  
423 prático e acessível, permitindo o acesso pelo celular e a facilidade de anexar  
424 documentos diretamente. Ela ressaltou que é um recurso útil para realizar correções  
425 e facilitar o processo de cadastro prévio. **Anne Paiva** levantou a questão sobre a auto  
426 declaração com as razões de pertencimento e perguntou aos presentes o que  
427 achavam sobre isso, mencionando que tiveram que escrever um texto explicativo para  
428 justificar seu pertencimento à comunidade LGBTQIAPN+. **Mariellen Cumagai** pediu  
429 esclarecimentos sobre a pergunta anterior. **Anne Paiva** respondeu que a pergunta  
430 anterior era sobre como os participantes se sentiam pertencentes à comunidade  
431 LGBTQIAPN+. **Mariellen Cumagai** observou que foi interessante ver a diversidade  
432 de abordagens nas declarações de pertencimento recebidas para seus projetos. Ela  
433 notou que algumas pessoas compartilharam histórias detalhadas sobre suas jornadas  
434 pessoais, enquanto outras foram sucintas ao afirmar sua identidade, e ambas foram  
435 igualmente aprovadas. Destacou a importância de permitir essa abertura, onde as  
436 pessoas podem escolher quanto desejam compartilhar sobre si mesmas sem  
437 necessidade de explicações extensas. Mapy Mura exemplificou sua experiência ao  
438 elaborar um projeto para a Funarte, onde precisou incluir uma ficha técnica detalhada  
439 dos profissionais envolvidos. Em sua ficha técnica, listou os nomes acompanhados  
440 das identidades de cada pessoa, como mulher, negra, lésbica, travesti, indígena,  
441 entre outras, destacando as características de cada indivíduo. Ela enfatizou que  
442 anexou o portfólio de grande parte das pessoas mencionadas na ficha técnica.

443 Expressou sua opinião de que não é necessário questionar essas identidades, pois a  
444 autodeclaração já é suficiente. Para ela, sendo parte da comunidade trans, é fácil  
445 reconhecer e entender quando alguém se autodeclara como tal. Ela mencionou que  
446 as dificuldades podem surgir em relação às diversidades sexuais. **Loren Lunière**  
447 destacou a importância de uma questão levantada durante uma conferência anterior,  
448 a SuperLove, onde enfrentou uma situação em que o parecerista apontou a ausência  
449 de fichas técnicas de duas pessoas no projeto, que na verdade estavam listadas pelo  
450 nome social, mas foram anexadas com seus nomes de registro. Loren considerou  
451 isso absurdo e argumentou que é crucial garantir que as identidades das pessoas  
452 trans sejam respeitadas em todos os processos, incluindo a formulação de editais.  
453 Ela mencionou que uma de suas sugestões durante as oitavas do Concultura foi  
454 aceita, resultando na inclusão de uma pessoa trans no processo de elaboração do  
455 edital para assegurar o tratamento adequado e respeitoso durante todo o processo.  
456 Loren propôs que uma medida semelhante seja adotada nos editais da Secretaria de  
457 Cultura (SEC), sugerindo a inclusão de um artista trans na comissão avaliadora,  
458 especialmente considerando que 5% da verba é destinada a custos administrativos  
459 do edital. **Anne Paiva** mencionou que durante as discussões sobre a avaliação de  
460 projetos, notou que um dos avaliadores do edital da Secretaria de Cultura (SEC) era  
461 um homem trans. No entanto, ela destacou que ainda existem outras questões a  
462 serem consideradas nesse processo. **Francisco Nery** expressou preocupação com  
463 a complexidade da situação, comparando-a ao retorno a práticas antigas de  
464 identificação e "higienização" das pessoas para determinar quem é gay e quem não  
465 é. Ele enfatizou que, em sua opinião, talvez não fosse mais necessário exigir  
466 autodeclaração LGBTIA+ nos editais. Francisco ponderou que a responsabilidade  
467 dessa exigência recairia principalmente sobre o governo e as instituições  
468 responsáveis pela gestão dos editais. Acrescentou que, devido ao cenário brasileiro  
469 marcado pela alta corrupção, há uma necessidade real de garantir a integridade dos  
470 processos de seleção de editais. Ele reconhece a posição dos gestores dos editais  
471 em querer assegurar que os recursos sejam direcionados corretamente, mas alertou  
472 para o risco de reviver uma era de "higienização" em relação à identidade LGBT.  
473 Francisco destacou que muitas pessoas podem preferir não revelar sua orientação  
474 sexual ou identidade de gênero a suas famílias, e vazamentos de dados podem  
475 representar uma ameaça significativa para esses indivíduos. Comparou a  
476 necessidade de sigilo em processos de autodeclaração LGBT com os testes rápidos  
477 de HIV. Ele enfatizou que é crucial garantir o mínimo de sigilo em relação a essas  
478 informações, destacando que a autodeclaração não deve ser usada para generalizar  
479 ou expor publicamente a orientação sexual das pessoas. Mencionou a importância de  
480 entender claramente os limites para não ser invasivo. Ele destacou que isso foi  
481 discutido anteriormente. Mapy Mura sugeriu a criação de um documento onde as  
482 pessoas possam declarar sua identidade LGBTQIA+, como trans, gay, lésbica, entre  
483 outras. A proposta inclui a especificação de que, caso haja falsidade nas declarações,  
484 o projeto inscrito seria indeferido. Essa abordagem visa garantir transparência e  
485 responsabilidade na autodeclaração sem comprometer a privacidade das pessoas.  
486 **Anne Paiva** explicou que na Secretaria de Cultura (SEC) já adotam práticas para lidar  
487 com autodeclarações, mencionando que frequentemente recebem denúncias no  
488 edital LGBTQIAPN+ de que "essa pessoa não é gay", por exemplo. Ela destacou a  
489 importância de pensar em maneiras de reduzir essas denúncias e tornar o processo  
490 o mais transparente possível. Enfatizou que em casos de denúncias, que podem  
491 resultar em processos judiciais, há o risco de atrasar todo o processo de distribuição  
492 de recursos. Essa preocupação reflete o compromisso da SEC em garantir que o

493 processo de seleção seja justo e eficiente para todos os participantes. **Mapy Mura**  
494 acredita que uma pessoa que não tenha a sua identidade de gênero ou a sua  
495 sexualidade aberta, por mais que essa pessoa seja inclusa na sigla, mas acho que,  
496 para quem trabalha cultura LGBT, essa pessoa precisa ser assumida. Então, é uma  
497 discussão que nem precisa falar sobre. **Ariel** sugeriu que nos processos de  
498 divulgação dos resultados dos editais, seja incluído pelo menos um grupo da ficha  
499 técnica do projeto junto com o nome do proponente. Atualmente, apenas o nome do  
500 proponente é divulgado, o que limita a transparência. Propor divulgar os nomes dos  
501 principais membros da ficha técnica ajudaria na autorregulação do processo,  
502 permitindo que os participantes e a comunidade possam identificar a  
503 representatividade LGBT+ nos projetos aprovados. Essa medida também ajudaria a  
504 reduzir denúncias infundadas sobre a identidade dos participantes e contribuiria para  
505 um processo mais justo e transparente. **Loren Lunière** levantou uma questão sobre  
506 a complexidade de filtrar a diversidade dentro do edital LGBTQIAPN+. Ela destacou  
507 que as diferentes identidades dentro dessa sigla, como pessoas trans, mulheres  
508 lésbicas, homens gays cis e afeminados, queer, bissexuais, entre outros, têm  
509 realidades sociais distintas e enfrentam diferentes formas de discriminação na  
510 sociedade. A pergunta central foi se o edital contempla também pessoas assexuais e  
511 bissexuais, que são identidades muitas vezes menos visíveis ou reconhecidas em  
512 comparação com outras dentro da comunidade LGBTQIAPN+. **Anne Paiva e**  
513 **Luciane Ituassú** concordaram balançando as suas cabeças. **Loren Lunière** concluiu  
514 dizendo que a concorrência dentro do edital LGBTQIAPN+ é ampla. Ela continuou  
515 suas considerações afirmando que é muito fácil para uma pessoa se declarar  
516 bissexual e entrar em um edital que visa ação afirmativa, destacando a complexidade  
517 e as nuances envolvidas nesse processo. **Anne Paiva** concordou dizendo que era  
518 um tópico difícil. **Mariellen Cumagai** compartilhou que no ano passado, durante a  
519 oitava da Lei Paulo Gustavo, enquanto estudante de teatro, teve a oportunidade de  
520 aprovar seus projetos graças ao edital LGBT. Ela mencionou que muitos gestores de  
521 grupos de teatro LGBT em Manaus, predominantemente homens gays brancos,  
522 abriram mão de participar do edital, propondo aumentar as vagas destinadas a  
523 pessoas trans para 50%. Mariellen refletiu sobre como a população trans e travesti  
524 enfrenta desafios únicos nas artes, sendo este o único setor da economia que as  
525 acolhe em certo sentido. Ela compartilhou sua experiência pessoal de enfrentar  
526 transfobia na universidade de artes, sendo suspensa por denunciar essas situações.  
527 Questionou a suposta inclusão nas instituições de arte, destacando que apesar de  
528 estar próxima da formatura em genética aos 39 anos, ela enfrenta desafios  
529 significativos para ser aceita nesses espaços acadêmicos. Ela enfatizou a importância  
530 das cotas nos editais LGBT e defendeu sua manutenção e expansão como um passo  
531 crucial para a inclusão de pessoas trans em outras esferas sociais. Concluiu seu  
532 relato mencionando a existência de fraudes nas cotas para pessoas negras ao longo  
533 de duas décadas, destacando os desafios similares que as políticas para pessoas  
534 trans enfrentam atualmente. Ela compartilhou a dificuldade de ser a única travesti em  
535 espaços como o fórum LGBT e a federação de teatro, enfatizando que, apesar do  
536 apoio de aliados gays, esses ambientes continuam sendo hostis para pessoas trans.  
537 **Francisco Nery** expressou que para os homens gays, a negação do feminino foi uma  
538 realidade desde cedo. Ele compartilhou que, ao se perceberem diferentes, muitos  
539 homens gays foram privados de vivenciar o feminino de maneira autêntica, o que os  
540 levou a se identificar como gays padrões ou mais afeminados. Ele contrastou isso  
541 com pessoas trans, que desafiam todas as normas de gênero de maneira mais  
542 radical. Destacou a importância das cotas para pessoas trans nos editais,

543 comparando com os desafios enfrentados pelas cotas raciais ao longo dos últimos 20  
544 anos. Ele reconheceu a presença de corrupção dentro da comunidade LGBTQIAPN+  
545 nos editais, semelhante ao que ocorre com as cotas raciais. Ele também levantou a  
546 questão de como outras identidades dentro do espectro LGBTQIAPN+ podem se  
547 beneficiar ou ser prejudicadas pelas políticas de cotas. Francisco mencionou a  
548 complexidade de identidades como não binárias, pansexuais e assexuais dentro dos  
549 editais, e como isso pode exigir uma abordagem mais ampla e inclusiva nas políticas  
550 públicas. Por fim, ele defendeu uma discussão mais ampla sobre políticas públicas  
551 em vez de focar apenas nas siglas LGBTQIAPN+, argumentando que as identidades  
552 e necessidades são diversas e evoluem constantemente. **Loren Lunière**, ao abordar  
553 as siglas, mencionou que Mapy e os demais presentes já a conheciam como ativista  
554 há muitos anos. Originária de Manaus, uma cidade predominantemente evangélica,  
555 Loren destacou que muitos dos presentes têm raízes nas igrejas locais dos bairros.  
556 Aos 18 anos, recém-completados, foi expulsa de casa, enfrentando vulnerabilidade  
557 social por sua identidade como mulher gay enquanto frequentava a faculdade.  
558 Francisco Nery testemunhou esses desafios. Para custear seus materiais de estudo,  
559 Loren chegou a vender cerveja em lata na porta da Escola de Samba Aparecida em  
560 1997, período em que essas questões ainda eram pouco discutidas. Refletiu sobre  
561 como as experiências foram mais difíceis para aqueles que hoje têm entre 25 e 30  
562 anos. Loren destacou as diferentes camadas de discriminação, observando que ser  
563 uma mulher cis e branca como ela é uma experiência distinta da vivida por mulheres  
564 lésbicas negras, trans negras ou travestis negras, que enfrentam preconceitos mais  
565 intensos do que suas contrapartes brancas e loiras. expressou um desejo pessoal  
566 durante a discussão, mencionando que em São Paulo e recentemente em Fortaleza  
567 já ocorrem editais voltados especificamente para pessoas trans, travestis e não  
568 binárias. Ela enfatizou a importância de implementar cotas para essas comunidades  
569 em concursos e empregos na Secretaria de Cultura e em instituições como a  
570 Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Questionou por que a UEA ainda não  
571 possui cotas para pessoas trans, travestis e não binárias, ressaltando sua  
572 preocupação com essa divisão. No contexto do último edital, refletiu sobre a falta de  
573 mapeamento e informações claras sobre quantos artistas trans, travestis e mulheres  
574 lésbicas participam desses processos, levantando dúvidas sobre a efetividade das  
575 ações afirmativas adotadas até então. destacou que em um determinado edital com  
576 aproximadamente 30 ou 40 vagas, e possivelmente 20 vagas a menos, ela observou  
577 que pessoas trans foram selecionadas com pontuações significativamente mais  
578 baixas do que uma mulher lésbica que apresentava um projeto consolidado há três  
579 anos. Ela enfatizou que essa discrepância evidencia uma competição desigual tanto  
580 para os participantes quanto para os avaliadores. Considera importante realizar  
581 reflexões e estudos sobre a distribuição equitativa dessas oportunidades,  
582 especialmente porque, em uma divisão onde 50% são destinados a pessoas trans, a  
583 concentração de recursos pode acabar beneficiando um número menor de indivíduos,  
584 o que merece uma análise mais aprofundada. Enfatizou que a probabilidade  
585 estatística indica que os 50% destinados a pessoas trans têm uma circulação muito  
586 mais rápida entre um número menor de indivíduos, resultando em uma concentração  
587 de recursos mais significativa entre poucos fazedores de cultura. Ela explicou que,  
588 em um cadastro hipotético de 100 pessoas envolvidas na cultura LGBT, onde há 30  
589 pessoas trans e 70 pessoas que se identificam como lésbicas, gays ou outros, a  
590 distribuição das oportunidades merece ser melhorada para o futuro. Loren defende a  
591 criação de editais específicos e justos para pessoas trans, travestis e não-binárias,  
592 considerando que esses grupos enfrentam camadas sociais de discriminação mais

593 profundas em comparação com outros. Ela mencionou que essa segmentação já  
594 existe em cidades como São Paulo e Fortaleza, e acredita que essa prática  
595 representa um avanço e uma modernização necessária. Expressou total apoio à ideia  
596 de reservar uma verba específica para essas categorias nos editais, separando  
597 claramente os recursos para pessoas trans, não-binárias e travestis dos recursos  
598 destinados a outros grupos mais privilegiados, como ela mesma se considera.  
599 Compartilhou sua experiência de enfrentar grandes dificuldades como "mulher  
600 sapatão" na década de 90, uma época marcada por escândalos como o primeiro beijo  
601 gay na televisão brasileira. Ela destacou que sua geração enfrentou muitos desafios  
602 naquela época, embora reconheça que as coisas melhoraram desde então. Loren  
603 enfatizou a necessidade de estudar e considerar as especificidades das diferentes  
604 siglas dentro da comunidade LGBTIA+ nos editais culturais. Ela mencionou seu  
605 envolvimento no fórum LGBT nacional e sua participação na conferência nacional de  
606 cultura em Brasília, ressaltando que esse é o caminho para a modernização e justiça  
607 nas oportunidades oferecidas. Loren argumentou que as oportunidades e desafios  
608 enfrentados por ela e por outros membros da comunidade LGBTIA+ são muito  
609 diferentes daqueles enfrentados por profissionais trans e outros grupos dentro da  
610 comunidade. Ela enfatizou a importância de garantir que as políticas públicas e os  
611 editais sejam estatisticamente justos e adequados para abranger todos os  
612 profissionais de forma equitativa. Loren concluiu expressando sua sugestão de  
613 melhorar os processos para futuros editais, garantindo que todos tenham  
614 oportunidades justas e não sejam colocados no mesmo grupo homogêneo, para evitar  
615 que alguns grupos sejam excluídos ou sub-representados. **Thiago Hermido**, da  
616 Assessoria de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura, destacou que as cotas nos  
617 editais não anulam a necessidade de pessoas trans alcançarem pontuações  
618 competitivas. Ele comparou essa prática com as cotas já existentes para negros e  
619 indígenas, garantindo que, mesmo com cotas, a competição continua baseada na  
620 meritocracia. Thiago expressou que a política nacional de cultura está se movendo  
621 para um modelo que evita a dependência exclusiva de editais, promovendo uma  
622 competição mais aberta. Ele argumentou que o foco deve ser fortalecer as  
623 oportunidades de formação e estudo para que membros da comunidade LGBTIA+  
624 possam competir em igualdade de condições em qualquer tipo de edital, seja com  
625 cotas ou não. Enfatizou que as dificuldades enfrentadas pela comunidade não são  
626 devido à falta de capacidade, mas sim à falta de oportunidades. Ele destacou que o  
627 acesso a essas oportunidades é crucial, permitindo que os indivíduos da comunidade  
628 LGBTIA+ obtenham formação e possam avançar para diferentes esferas. Mencionou  
629 a importância de superar abordagens passivas e adotar estratégias ativas para buscar  
630 e criar oportunidades específicas para a comunidade, afirmando que apenas discutir  
631 não será suficiente para alcançar esses objetivos. Explicou que, além dos editais  
632 específicos e das cotas necessárias atualmente, é crucial que o sistema da Secretaria  
633 de Cultura não se restrinja apenas a um grupo único inchado nos 40% ou 50%, como  
634 inicialmente planejado. Ele mencionou que as cotas foram implementadas para  
635 garantir uma representação mínima, mas não limitaram a participação apenas a elas.  
636 Thiago destacou que, na prática, mesmo com as cotas, pessoas negras também  
637 foram aprovadas na ampla concorrência, o que demonstra um sistema mais justo. Ele  
638 enfatizou que esse sistema busca equilibrar a inclusão, permitindo que tanto as cotas  
639 quanto a ampla concorrência sejam oportunidades justas para todos. Disse que no  
640 sistema de editais da Secretaria de Cultura, não há um nicho concorrendo dentro de  
641 outro nicho. Ele esclareceu que o processo funciona da seguinte forma: se a  
642 pontuação de um candidato permite competir na ampla concorrência, ele concorre

643 nessa modalidade. Caso não alcance essa pontuação, ou se as vagas na ampla  
644 concorrência já estiverem preenchidas, então o candidato pode ser selecionado  
645 através das cotas. Destacou que essa abordagem visa evitar que apenas um grupo  
646 seletivo compita com ele mesmo, garantindo assim uma distribuição mais equitativa  
647 das oportunidades nos editais da Secretaria. **Luciane Ituassú** mencionou que mais  
648 cedo havia sido discutido sobre a ficha técnica e considerou importante retomar esse  
649 ponto. Ela destacou que foi sugerido que a ficha técnica incluísse informações sobre  
650 pertencimento, enfatizando a necessidade de apresentar e verificar esse aspecto. Ao  
651 discutir a ficha técnica, observou que ela também deve passar por uma avaliação. Ela  
652 expressou interesse em entender por que, por exemplo, no contexto do hip-hop, foi  
653 decidido recentemente que essa ficha técnica não precisa ser tão casada. **Thiago**  
654 **Hermido** mencionou que é obrigatório que as pessoas listadas na ficha técnica  
655 estejam cadastradas no cadastro da cultura. Ele destacou que isso ajuda a evitar a  
656 inclusão de documentos adicionais, como portfólios, dentro do processo. Ele explicou  
657 que alguns participantes do projeto podem não ser da comunidade específica,  
658 portanto eles preferem que o proponente esteja no cadastro, enquanto os outros  
659 membros da equipe técnica possam apresentar seus portfólios. Questionou se a  
660 equipe principal do projeto precisa obrigatoriamente estar cadastrada no cadastro da  
661 cultura, deixando essa questão em aberto para consideração. **Ezequiel** comentou  
662 que não é fácil garantir que toda a ficha técnica esteja cadastrada no sistema,  
663 especialmente porque alguns membros, como os da área de comunicação, podem  
664 não estar exclusivamente envolvidos com cultura. Ele mencionou que para estar no  
665 cadastro da cultura, é necessário que o portfólio seja aprovado nesse contexto  
666 específico. No entanto, enfatizou a importância de tornar a ficha técnica  
667 representativa, garantindo que o financiamento não beneficie apenas o proponente  
668 principal, mas todos os envolvidos. Ele sugeriu que pelo menos 80% da equipe  
669 técnica seja da comunidade local, e isso poderia ser verificado através de uma  
670 declaração simples dos participantes. Propôs um termo simples que não requereria  
671 histórico detalhado, especialmente para aqueles que não estão no cadastro oficial,  
672 para assegurar que o financiamento seja distribuído amplamente, inclusive para os  
673 trabalhadores de base envolvidos nos projetos culturais. **Ariel** expressou interesse  
674 em saber se dentro da Cultura Viva haverá pontos de cultura cuja gestão seja  
675 realizada por pessoas LGBT. **Anne Paiva** mencionou que a instrução normativa que  
676 devem seguir estabelece cotas para pessoas negras, indígenas e com deficiência,  
677 conforme os critérios mínimos do governo federal, sendo 25% para pessoas negras,  
678 5% para pessoas com deficiência e 10% para pessoas indígenas. Ela destacou que  
679 já foi acordado anteriormente a aplicação de 25% para pessoas negras e indígenas.  
680 Sugeriu que, da mesma forma, se decida estabelecer uma porcentagem para pessoas  
681 LGBT ou pessoas trans dentro da Cultura Viva, seguindo esses parâmetros já  
682 estabelecidos. **Ariel** mencionou um projeto contemplado na Paulo Gustavo, uma  
683 galeria de arte e uma loja voltada para a comunidade LGBT, visando gerar renda e  
684 visibilidade para essa população. Ele destacou que este projeto seria um ponto de  
685 cultura físico e sugeriu que receber fomento dentro de uma política que a Secretaria  
686 apoiasse seria importante. Ariel enfatizou a necessidade de continuidade para  
687 projetos iniciados na Paulo Gustavo, mesmo que não tenham começado  
688 necessariamente na PNAB. **Anne Paiva** perguntou se a organização mencionada é  
689 uma Organização da Sociedade Civil (OSC). **Mapy Mura** comentou que muitos  
690 movimentos LGBT não são formalizados legalmente, apesar de serem organizados.  
691 Ela mencionou ter ouvido sobre isso em uma reunião sobre pontos de cultura e  
692 sugeriu que fosse considerado reduzir o valor atribuído aos "pontões", pois considera

693 injusto que um projeto receba um valor tão alto, enquanto outros pontos poderiam ser  
694 apoiados. também mencionou a importância da desburocratização, como ajudar os  
695 grupos a obter CNPJ e formalização. Ela sugeriu destinar parte dos recursos, por  
696 exemplo, 20.000, para ajudar na formalização de coletivos LGBT, oferecendo suporte  
697 necessário. Enfatizou que existem diversos pontos de cultura que não são físicos,  
698 mas que são essenciais como grupos em movimento dentro da comunidade. **Anne**  
699 **Paiva** explicou que para ser reconhecido como ponto de cultura, é necessário ter  
700 CNPJ e, pelo menos, dois anos de existência. Ela mencionou que existem outras  
701 associações, como a Casa Amiga, que é uma OSC LGBT e já possui mais de dois  
702 anos de atividade. Disse que entidades como a ASSOTRAM, que também é voltada  
703 para meninas trans e travestis e tem sede no centro, também já cumpririam esse  
704 critério de tempo de existência. **Ariel** mencionou o Curupira como a primeira casa de  
705 cultura a adotar uma política inclusiva para pessoas trans em todo o estado. Ele  
706 explicou que o Curupira não possui CNPJ sem fins lucrativos há mais de dois anos,  
707 mas é uma instituição consolidada e uma referência significativa na comunidade. Ariel  
708 expressou preocupação de que o edital atual não contempla o Curupira, o que  
709 representa um grande problema para eles. **Luciane Ituassú** destacou que no primeiro  
710 ano dos pontos e pontões da Cultura Viva, o Ministério da Cultura orienta os entes  
711 federativos a não fazerem muitas alterações nos editais. Ela enfatizou que durante  
712 essa fase inicial de retomada da Cultura Viva, será necessário seguir rigorosamente  
713 as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura. **Mapy Mura** expressou que  
714 durante uma retomada da cultura, é crucial garantir que as pessoas tenham acesso,  
715 evitando que a oportunidade fique sempre nas mãos dos mesmos indivíduos.  
716 **Luciane Ituassú** mencionou que, embora haja uma retomada da cultura, é importante  
717 lembrar que isso está ocorrendo dentro de uma nova política nacional. Ela destacou  
718 que no primeiro ano, a base principal dessa política é comunitária, focando no  
719 fomento ao desenvolvimento local. Explicou que talvez a mobilidade seja limitada  
720 neste ano, mas espera que nos anos seguintes, com o amadurecimento do novo  
721 Ministério, haja mais flexibilidade. Ela mencionou que, atualmente, é difícil ter um  
722 diálogo mais profundo sobre Cultura Viva, pois os entes estão seguindo estritamente  
723 as orientações do Ministério da Cultura, incluindo as minutas dos editais  
724 recentemente divulgadas. Isso significa que estão um pouco limitados em suas ações  
725 neste primeiro ano. **Ezequiel** perguntou se a orientação para seguir as minutas dos  
726 editais do Ministério da Cultura é uma recomendação ou se eles são obrigados a  
727 seguir. **Luciane Ituassú:** Não é obrigatoriedade, é uma observância  
728 obrigatória. **Ezequiel** trouxe à tona a questão da retomada cultural e questionou se é  
729 viável adiar iniciativas para o próximo ano. Ele mencionou o Mapa da Cultura, que  
730 certifica pontos de cultura com CNPJ, mas observou que muitos editais do Ministério  
731 da Cultura permitem a participação de organizações não regularizadas sem fins  
732 lucrativos. **Luciane Ituassú** explicou que Cultura Viva está introduzindo novas  
733 possibilidades para trabalhar com pessoas físicas, representantes de coletivos com  
734 CNPJ e pessoas jurídicas também com CNPJ. Ela enfatizou que, embora esteja  
735 sendo retomada após um período de esquecimento, a política ainda não teve um  
736 debate maduro e abrangente com a sociedade. Mencionou que neste ano, Cultura  
737 Viva permitirá trabalhar com termos culturais e premiações, alinhando-se à legislação,  
738 como a Lei Aldir Blanc, que remete a outras normativas. No entanto, ela apontou que  
739 algumas dessas normativas impedem o uso de certos tipos de objetos culturais, como  
740 o termo de compromisso cultural, com pessoas sem CNPJ. Isso se deve à falta de  
741 segurança jurídica dentro do Ministério da Cultura para projetos contínuos envolvendo  
742 coletivos sem uma formalização legal. Reconheceu que, na prática, essa situação

743 pode parecer restritiva, mas juridicamente o Ministério ainda não está pronto para  
744 abrir essas portas no primeiro ano para instituições sem CNPJ. **Ezequiel** perguntou  
745 se as organizações precisam ser sem fins lucrativos ou se podem ser com fins  
746 lucrativos também. **Luciane Ituassú** respondeu que as organizações devem ser sem  
747 fins lucrativos. **Luciane Ituassú** sugeriu que, neste momento inicial, seria  
748 interessante buscar essas pessoas e associações para colaborar na concepção de  
749 projetos que promovam um resultado de interesse coletivo. **Mapy Mura** mencionou  
750 que ao pensar em organizações desse eixo de ciclos, há poucas opções disponíveis.  
751 Ela expressou interesse em saber se seria possível que um coletivo não  
752 necessariamente com CNPJ há 2 anos, mas que consiga comprovar sua existência  
753 por esse período, também possa participar. **Luciane Ituassú** afirmou que,  
754 especificamente para Cultura Viva. **Anne Paiva** perguntou se é para confirmar que  
755 80% das pessoas na ficha técnica serão LGBTQIAPN+. **Luciane Ituassú** (Inaudível)  
756 vinculação com o cadastro na Aldir (Inaudível). **Anne Paiva** afirmou que, em relação  
757 à ficha técnica, não há mais nada a discutir, inclusive sobre a possibilidade de  
758 participação. **Mapy Mura** mencionou que as instituições que se candidatam com  
759 CNPJ devem ser representadas dentro das mesmas porcentagens discutidas. **Anne**  
760 **Paiva** está perguntando sobre os critérios de participação na Lei de Incentivo à  
761 Cultura (LIC), questionando se há sugestões de mudanças. Ela menciona ter recebido  
762 denúncias anônimas, o que dificulta a verificação, e reconhece que a comunidade  
763 LGBTQIAPN+ em Manaus e no Amazonas é bem conhecida. Anne está interessada  
764 em saber se os participantes do processo acham que foi frutífero em relação a isso,  
765 se todos os aprovados foram adequados. **Mapy Mura** mencionou que achou  
766 excelente o processo, mas levantou uma denúncia sobre um projeto de um espaço  
767 cultural que incluía uma oficina de Ballroom sem que ninguém da comunidade  
768 LGBTQIAPN+ fosse consultado ou informado sobre o projeto. A denúncia foi  
769 formalizada com assinaturas de várias pessoas da comunidade, porém o projeto  
770 denunciado acabou sendo contemplado. **Mapy** expressou a preocupação de que as  
771 denúncias não estejam sendo efetivamente consideradas, sem feedback para quem  
772 as fez. **Ariel** sugeriu que, por exemplo, no caso de um evento Ballroom mencionado  
773 no corpo do projeto, a Secretaria deveria realizar uma consulta à comunidade para  
774 verificar se o projeto realmente representa a comunidade Ballroom, que é bem  
775 conhecida e consolidada. Ele propôs que a Secretaria poderia realizar essa  
776 verificação de forma proativa para evitar que espaços culturais sejam usurpados  
777 indevidamente. **Lauren** destacou a importância de contratar pareceristas que sejam  
778 trans ou da comunidade LGBT, pois eles teriam um entendimento mais profundo da  
779 cultura LGBT. Ela enfatizou que é essencial ter representantes do setorial LGBT tanto  
780 durante a formalização do edital quanto na seleção de pareceristas para os projetos  
781 e para analisar as denúncias. Disse que isso ajudaria a Secretaria a entender melhor  
782 as questões específicas da comunidade LGBT. Ela reconheceu os esforços da  
783 equipe, mas mencionou que apenas pessoas com vivência na comunidade podem  
784 realmente compreender suas necessidades e desafios. **Anne Paiva** explicou o  
785 procedimento em relação às denúncias, onde é realizada uma análise prévia e um  
786 relatório é elaborado. A decisão final, no entanto, é feita pelo Conselho Estadual de  
787 Cultura, que avalia as denúncias. Disse que o denunciado tem a oportunidade de se  
788 manifestar e justificar sua posição em relação à denúncia. Dependendo da resposta  
789 do denunciado, a denúncia pode ser acolhida e a pessoa retirada do certame, ou não,  
790 como no caso em que uma denúncia foi negada porque a pessoa conseguiu justificar  
791 suas ações. **Mariellen** sugeriu pensar em ter um conselheiro ou uma cadeira  
792 destinada à comunidade LGBT no estado, o que poderia resolver de forma estrutural

793 algumas questões relacionadas ao tema em 2024. **Francisco Douglas**, durante uma  
794 reunião, expressou preocupações sobre o processo de análise de denúncias em  
795 editais culturais. Ele destacou a necessidade de incluir membros da comunidade com  
796 capacidade técnica para avaliar não apenas aspectos morais, mas também técnicos  
797 das denúncias. Francisco também levantou questões sobre a exclusão de  
798 movimentos LGBTQIAPN+ que não estão associados a entidades com CNPJ,  
799 sugerindo que isso pode limitar o acesso a recursos e visibilidade para esses grupos,  
800 especialmente aqueles atuantes em bairros. Ele enfatizou a importância de ampliar o  
801 diálogo com associações de bairro, que têm grande influência local, e defendeu um  
802 recorte de classe na discussão, apontando para a necessidade de garantir que todos  
803 na comunidade tenham acesso equitativo à cultura, independentemente de sua  
804 condição socioeconômica. **Anne Paiva** destacou que a Política Nacional de Ação  
805 Cultural (PNAC) foi inovadora ao destinar uma parte dos recursos para ações e  
806 proponentes das áreas periféricas. Durante o debate, ela mencionou que estão  
807 discutindo como definir exatamente quais seriam essas áreas periféricas no estado  
808 do Amazonas, considerando que a região como um todo já é considerada periférica  
809 dentro do contexto nacional. A discussão inclui critérios como o Índice de  
810 Desenvolvimento Humano (IDH) e as dificuldades de acesso, visando garantir um  
811 acesso mais equitativo à cultura não apenas na capital, mas em todo o estado.  
812 Também mencionou que já houve discussões sobre os avaliadores, indicando que o  
813 assunto já foi abordado anteriormente na reunião. **Luciane Ituassú** explicou que na  
814 Política Nacional de Ação Cultural (PNAC), a equipe trabalhou com uma comissão  
815 mista de avaliadores, onde cada comissão era composta por três membros. A  
816 dinâmica de divisão desses avaliadores envolvia ter um avaliador de âmbito nacional,  
817 um do Norte e um do Amazonas. Quando havia déficit de requisitos atendidos em  
818 alguma categoria, as vagas remanescentes eram preenchidas com avaliadores das  
819 outras regiões. Ela mencionou que houve tanto feedback positivo quanto negativo de  
820 alguns avaliadores em relação aos projetos, destacando que algumas notas não  
821 foram consideradas condizentes com as justificativas apresentadas. Nesse sentido,  
822 estão buscando consulta para definir como melhorar o sistema de avaliação, se  
823 mantendo com avaliadores de âmbito nacional, focando na região Norte ou apenas  
824 no estado do Amazonas. Ressaltou também que é importante lembrar que os  
825 avaliadores não podem ser proponentes digitais, o que às vezes gera dificuldades na  
826 região, pois muitos preferem ser proponentes do que avaliadores. Por isso, a opção  
827 de trazer avaliadores de âmbito nacional pode ajudar a suprir essa demanda local. A  
828 intenção é continuar trabalhando com dois avaliadores nesse contexto da PNAC,  
829 priorizando a região Norte quando possível, e realizar avaliações tanto para os  
830 projetos em si quanto para a identificação dos recursos necessários. **Lauren**  
831 expressou preocupação com o processo de avaliação na Paulo Gustavo,  
832 mencionando um projeto de conferência LGBT que foi inicialmente mal avaliado. Após  
833 recorrer da decisão, ela não recebeu um retorno satisfatório, destacando que o  
834 parecerista não parecia estar preparado para avaliar adequadamente o projeto.  
835 Lauren sugeriu que os pareceristas deveriam ser residentes no Brasil, talvez até do  
836 Norte, para garantir maior entendimento das realidades locais. Além disso, propôs a  
837 implementação de um manual ou treinamento para os avaliadores, visando melhorar  
838 a consistência e a qualidade das avaliações feitas. **Luciane Ituassú** explicou o  
839 processo da lei Paulo Gustavo, mencionando a criação de um guia de orientação para  
840 os avaliadores. Este guia foi desenvolvido para apresentar as realidades e  
841 dificuldades específicas do estado, incluindo questões climáticas que impactam na  
842 elaboração de projetos. Ela destacou a importância de melhorar continuamente esse

843 guia para garantir um entendimento mais preciso e específico, especialmente para  
844 avaliações digitais. Ressaltou que uma vez que o avaliador realiza sua avaliação, não  
845 é possível interferir diretamente no processo, mas que estão abertos a recursos para  
846 revisar decisões. Ela também enfatizou a necessidade de feedback constante para  
847 aprimorar os critérios de avaliação e minimizar eventuais problemas no futuro. **Ariel**  
848 fez uma sugestão em relação ao processo de avaliação dos projetos, destacando que  
849 seu projeto foi mal avaliado sem justificativas adequadas para as notas atribuídas.  
850 Ele propôs que cada avaliador seja obrigado a fornecer um número mínimo de  
851 caracteres justificando cada avaliação, a fim de garantir transparência e compreensão  
852 sobre os critérios utilizados. Ariel enfatizou a importância de entender claramente os  
853 motivos por trás das notas atribuídas, evitando avaliações superficiais que não  
854 fornecem uma análise detalhada e fundamentada dos projetos. **Mapy Mura** sugeriu  
855 que os avaliadores dos projetos devem ser obrigatoriamente pessoas LGBT, dado  
856 que o edital é voltado para a comunidade LGBT. **Thiago Hermido** mencionou que  
857 recentemente participou de uma reunião nacional do fórum dos secretários de cultura,  
858 onde foi discutido que diversos estados enfrentaram problemas similares aos do  
859 Amazonas com avaliações inadequadas em editais. Em um estado específico, o  
860 processo teve que ser revisado devido a um avaliador que copiou respostas idênticas  
861 para todos os projetos, evidenciando a necessidade de melhorar a seleção e  
862 capacitação dos pareceristas em todo o país. Propôs a implementação de uma  
863 metodologia para minimizar esses problemas em futuros editais. Uma das sugestões  
864 é numerar as pontuações e exigir que cada avaliador justifique suas notas. Além  
865 disso, ele sugeriu condicionar o pagamento dos avaliadores ao cumprimento de  
866 critérios objetivos e à coerência das avaliações realizadas. Essa abordagem visa  
867 aumentar a transparência e a qualidade das avaliações, facilitando a identificação de  
868 avaliações tendenciosas ou inadequadas. Ele também destacou a importância de  
869 ouvir a opinião dos participantes sobre essas propostas e sobre quais critérios devem  
870 ser considerados essenciais nas avaliações de editais, garantindo que as  
871 necessidades da comunidade sejam adequadamente representadas e atendidas nos  
872 processos futuros. **Mariellen** propôs retomar o ponto levantado por Lauren sobre a  
873 limitação dos avaliadores apenas à região Norte e sugeriu que fosse considerada a  
874 inclusão de pessoas LGBT com experiência significativa na área cultural, mesmo que  
875 não tenham experiência anterior como avaliadoras. Ela destacou a importância de  
876 diversificar os critérios de seleção dos avaliadores, priorizando o conhecimento e o  
877 engajamento comprovado na comunidade LGBT e nas práticas culturais, em vez de  
878 se concentrar apenas na experiência anterior em avaliações formais. **Anne Paiva**  
879 mencionou que, durante o processo de seleção de avaliadores, houve uma  
880 dificuldade em encontrar candidatos com alta identificação cultural e vivência na  
881 comunidade LGBTIAPN+. Ela destacou que houve um número considerável de  
882 avaliadores gays e trans, mas apenas um candidato trans de fora da região foi  
883 selecionado para avaliar projetos de pessoas trans, devido à falta de candidatos  
884 locais. Enfatizou a importância de incentivar mais pessoas a se candidatarem para  
885 serem avaliadores, especialmente aquelas com experiência acadêmica e interesse  
886 em contribuir para melhorar a análise dos projetos culturais. **Thiago Hermido** sugeriu  
887 que, ao divulgar novamente os editais, seria interessante cooperar com os  
888 participantes presentes para alcançar outros grupos e coletivos fora da região. Isso  
889 não só ajudaria a expandir a participação na avaliação de projetos culturais, mas  
890 também poderia criar oportunidades para que indivíduos de outros estados se  
891 envolvessem como avaliadores. Essa abordagem poderia contribuir para o  
892 desenvolvimento de um mercado mais diversificado de avaliadores dentro da própria

893 comunidade, promovendo uma análise mais ampla e representativa dos projetos  
894 submetidos. **Lauren** destacou três pontos sobre a capacidade de execução dos  
895 projetos. Primeiramente, ela mencionou um caso em que auxiliou um projeto cuja  
896 planilha de custos foi questionada por um parecerista que não compreendia os custos  
897 na Amazônia, considerando os valores muito elevados em relação ao convencional.  
898 Ela argumentou que a capacidade de execução não deve ser redundante com a  
899 qualidade técnica do projeto e da equipe, sugerindo uma revisão desse critério para  
900 garantir uma avaliação mais justa e precisa dos projetos culturais na região. **Lauren**  
901 destacou três pontos críticos na avaliação de projetos culturais. Primeiramente, ela  
902 enfatizou a importância da capacidade de execução dos projetos, argumentando que  
903 essa avaliação deve considerar os custos específicos da Amazônia e não apenas  
904 critérios convencionais. Em seguida, abordou o alcance de público, observando que  
905 projetos setoriais nem sempre alcançam grandes massas devido à natureza de  
906 minoria dos temas LGBTQIA+. Trouxe à tona a questão da acessibilidade e inclusão,  
907 citando um exemplo pessoal em que seu documentário "Amazônia sem Cores" foi  
908 reprovado nesse critério. Ela justificou que seu projeto cumpria integralmente as  
909 medidas de acessibilidade exigidas pela Lei Paulo Gustavo, conforme normativas  
910 específicas, mas mesmo assim foi mal avaliado. Argumentou que a interpretação das  
911 normas sobre acessibilidade precisa ser mais flexível e adaptável às diversas formas  
912 de produção cultural, especialmente para projetos que abordam temas sensíveis  
913 como o documentário sobre Manuela Otto. **Anne Paiva** expressou preocupação com  
914 a interpretação das exigências de acessibilidade nos projetos culturais,  
915 especialmente em relação aos recursos destinados a produções de longa-metragem.  
916 Ela destacou que, mesmo implementando medidas como legendagem,  
917 audiodescrição e libras, alguns projetos podem não atingir o mínimo de 10%  
918 estipulado para acessibilidade. Sugeriu que, nestes casos, a flexibilização das normas  
919 para projetos de longa-metragem poderia ser considerada, levando em conta as  
920 dificuldades específicas e os custos envolvidos nessas produções mais extensas.  
921 **Loren** levantou uma questão crucial sobre a acessibilidade nos projetos da PNAB,  
922 destacando que, apesar de ter justificado seus custos com orçamentos detalhados de  
923 R\$ 4.000, sua pontuação final foi de 112,5 pontos. Ela questionou o conceito de  
924 acessibilidade dentro dos projetos, sugerindo que, ao invés de mensurar um  
925 percentual fixo como os 10%, seria mais eficaz definir claramente quais medidas de  
926 acessibilidade são necessárias para cada tipo de projeto. Lauren expressou  
927 preocupação de que, dependendo do valor do prêmio disponível, alguns projetos  
928 possam não conseguir atingir o nível mínimo de acessibilidade estabelecido. **Thiago**  
929 **Hermido** mencionou que os projetos eram organizados em tópicos durante o  
930 processo de avaliação, e os avaliadores indicavam quais eram mais relevantes.  
931 **Loren** indicou que incluiu legendagem e audiodescrição, mas não mencionou a libras  
932 para um documentário de 15 minutos. **Thiago Hermido** mencionou que não era  
933 apenas uma questão de produto, mas também de estimular o público no processo,  
934 enfatizando a importância desse aspecto desde a criação da LPG. **Loren** usou seu  
935 projeto como exemplo, enfatizando que não deseja reviver o passado, mas destacou  
936 que o documentário planejado, um minidocumentário de 15 minutos, não necessitaria  
937 de legendagem em Libras. Ela explicou que o filme seria exibido em parcerias com  
938 locais frequentados por pessoas trans e que outras exposições semelhantes também  
939 ocorreriam, todas incluindo interpretação em Libras durante as exposições ao vivo.  
940 Lauren sugeriu que a falha na compreensão do parecerista talvez tenha sido devido  
941 à novidade das ações afirmativas, sugerindo que não foi um problema isolado em seu  
942 projeto, mas algo enfrentado por muitos. Ela questionou a necessidade da lei exigir

943 um mínimo de 10% de acessibilidade, argumentando que a honestidade sobre as  
944 necessidades específicas de cada projeto deveria ser considerada. **Anne Paiva**  
945 explicou que a Política Nacional de Acessibilidade Básica (PNAB), ao contrário da Lei  
946 Paulo Gustavo (LPG), não estabelece um requisito específico de 10% do orçamento  
947 para acessibilidade. Ela mencionou que é necessário revisar o texto da lei para  
948 esclarecer essa questão. O projeto visa incorporar medidas de acessibilidade na  
949 seleção pública que sejam compatíveis com as características do objeto cultural, além  
950 de incentivar o protagonismo de agentes culturais com deficiência. Enquanto isso, a  
951 instrução normativa atual determina que se reserve 5% das vagas para pessoas com  
952 deficiência, refletindo a ideia de que estas não devem ser apenas consumidoras, mas  
953 também participantes ativas do produto cultural. Disse que o projeto em questão na  
954 seleção pública incorporará medidas de acessibilidade que são compatíveis com as  
955 características do objeto cultural, buscando incentivar o protagonismo de agentes  
956 culturais com deficiência. Enquanto isso, a instrução normativa atual estabelece a  
957 reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência, enfatizando que estas não  
958 devem ser apenas consumidoras, mas também participantes ativas do produto  
959 cultural. Ainda não há uma instrução normativa específica definida, mas existem duas  
960 possibilidades em consideração: uma porcentagem do valor destinado, como 10%,  
961 5% ou 20% desse valor, ou a exigência de pelo menos 3 ações de acessibilidade.  
962 Anne destacou a importância de refletir sobre esses pontos nos próximos 5 anos.  
963 Acredita que é essencial refletir continuamente sobre o papel das ações de  
964 acessibilidade para incentivar os produtores culturais. Ela enfatiza que, da mesma  
965 forma como discutem a importância de incentivar pessoas em situação de  
966 vulnerabilidade social, também é crucial estimular a participação de pessoas com  
967 deficiência. Reconhece que essas pessoas enfrentam barreiras ainda mais difíceis e  
968 é fundamental proporcionar estímulos adequados para sua inclusão e participação  
969 ativa nas atividades culturais. **Thiago Hermido** mencionou que uma das iniciativas  
970 vistas do governo federal foi a melhoria significativa da acessibilidade nas atividades  
971 culturais do estado. Ele destacou que quando a atual gestão assumiu, praticamente  
972 80% dos espaços já foram adaptados para pessoas com deficiência (PCD). Exemplos  
973 incluem a instalação de rampas no Teatro Amazonas e a colocação de elevadores no  
974 Palácio Rio Negro e no Palacete Provincial. Thiago enfatizou que essas adaptações  
975 não se limitam apenas às PCD, mas também incluem recursos como legendagem  
976 nas atividades setoriais, além do recente espetáculo no Teatro Amazonas voltado  
977 especificamente para pessoas autistas.

978

979 Também mencionou que todas as nossas atividades agora estão sendo adaptadas  
980 para incluir legendagem. Além disso, a Secretaria tem se dedicado muito à questão  
981 do TEA e do TDH, contando com uma equipe interna muito envolvida nesse trabalho.  
982 Recentemente, houve um espetáculo no Teatro Amazonas voltado exclusivamente  
983 para pessoas autistas. Ele destacou que esse universo cultural era anteriormente  
984 distante da cultura geral, mas agora uma das ideias do governo federal é aproximar  
985 esses aspectos. Sugeriu que precisamos melhorar nesse sentido, da mesma forma  
986 como foi implementada uma banca de etno-identificação para avaliar a comunidade.  
987 Ele propôs ter uma banca mais especializada também para avaliar a acessibilidade  
988 nos projetos, para evitar reprovações de projetos devido à falta de compreensão dos  
989 avaliadores. Mencionou que muitas pessoas ignoraram o requisito dos 10% de  
990 acessibilidade em seus projetos simplesmente porque olhavam para seus próprios

991 projetos e viam muitas possibilidades de acessibilidade. No entanto, a vivência delas  
992 estava tão distante dessa realidade que não conseguiam incorporar essas medidas.  
993 Ele destacou que isso é parte de um processo de aprendizado contínuo e é positivo  
994 debater e melhorar esse processo. Reconheceu que houve uma certa flexibilização  
995 na abordagem da PNAB, mas enfatizou a importância de sempre buscar melhorias.  
996 **Mariellen** destacou a importância da inclusão de pessoas com deficiência (PCD) e  
997 de outras minorias na cultura, citando exemplos como espetáculos com  
998 audiodescrição e a participação de fazedores de cultura PCD e travestis. Ela enfatizou  
999 que medidas simples, como rampas de acessibilidade, são essenciais, mas os 10%  
1000 destinados à acessibilidade em projetos muitas vezes não são suficientes para cobrir  
1001 todas as necessidades. Sugeriu que a pontuação nos editais deveria valorizar equipes  
1002 mais diversificadas, incluindo pessoas PCD, negras e trans, como forma de ampliar  
1003 a representatividade e a acessibilidade na cultura. **Francisco Douglas** trouxe à tona  
1004 a questão da diversidade e inclusão, mencionando seu irmão indígena casado com  
1005 uma pessoa surda. Ele destacou seu interesse em aprender a língua de sinais para  
1006 se comunicar melhor com ela, refletindo sobre a importância da inclusão de grupos  
1007 minoritários como negros e indígenas na cultura. Expressou sua preocupação com a  
1008 dualidade enfrentada pelos indígenas, tanto em se representar em espaços urbanos  
1009 quanto em manter suas identidades culturais. Ele criticou o fenômeno de "afro-  
1010 indígena" como um termo que exclui os indígenas, enfatizando a necessidade de  
1011 respeito e inclusão genuína para todas as minorias dentro das discussões sociais e  
1012 culturais. **Anne Paiva** disse que em relação às pessoas indígenas, nos editais LGBT  
1013 e em todos os outros editais, há cotas destinadas a pessoas negras, indígenas e  
1014 pessoas com deficiência. Esse critério já está estabelecido e é necessário apenas  
1015 uma autodeclaração para o pertencimento indígena, sem a necessidade de  
1016 documentos como o RANI ou outros. Da mesma forma como é feito para pessoas  
1017 negras ou LGBTQIAPN+, é solicitado que se explique os motivos e sentimentos de  
1018 pertencimento, o que é avaliado por avaliadores que também são professores  
1019 indígenas. Perguntou se Francisco já participou dos editais da LPG da Secretaria.  
1020 **Mapy Mura** explicou que anexou seu RANI no cadastro da LPG, mas não na proposta  
1021 em si. **Anne Paiva** explicou que o RANI não é o único documento necessário para  
1022 comprovar o pertencimento indígena nos editais da LPG. Ela mencionou que houve  
1023 um diálogo produtivo com a FEPIAM e outras entidades, onde ficou claro que existem  
1024 outras formas de declarar o pertencimento indígena além do RANI, e essas formas  
1025 foram adotadas nos editais da Secretaria. **Luciane Ituassú** discutiu um ponto  
1026 relevante sobre a avaliação de projetos envolvendo pessoas indígenas no contexto  
1027 da Lei Paulo Gustavo (LPG). Ela mencionou que enfrentaram dificuldades  
1028 semelhantes às experienciadas com projetos de pessoas trans durante o processo  
1029 de avaliação da LPG. Destacou que apenas uma pessoa se declarou indígena para  
1030 participar como avaliadora, o que resultou em mais de 70 análises realizadas por essa  
1031 única pessoa. **Tailine**, do coletivo informou que entregou de Novo, expressou que  
1032 durante a conversa houve uma discussão sobre os avaliadores e a importância das  
1033 vivências. Ela observou que não foi obrigatório que os avaliadores fossem fazedores  
1034 de cultura experientes, mas questionou se seria viável convidar representantes de  
1035 movimentos sociais para participar. Sugeriu a possibilidade de reservar uma vaga  
1036 para um representante de movimento social, reconhecendo a relevância de incluir  
1037 perspectivas que possam estar ausentes em Manaus na análise técnica dos projetos.  
1038 **(Doutora Anne Paiva conversa com Tailine, porém seu áudio não é capturado por**  
1039 **conta da ausência de microfone).** **Mapy Mura** expressou que não se sente  
1040 representada pelos movimentos LGBTQ+ na cidade, especialmente por não ver suas

1041 falas e dores contempladas. Ela enfatiza que esses movimentos não são  
1042 exclusivamente artísticos, sociais ou políticos partidários, mas políticos de alguma  
1043 forma. Além disso, ela discorda da necessidade de vagas para esses  
1044 movimentos. **Mariellen** discordou igualmente. **Tailine** explicou que sua opinião foi  
1045 expressa apenas no sentido de sua fala anterior. (Mapy e doutora Anne Paiva  
1046 respondem, porém, seus áudios não são capturados por conta da ausência de  
1047 microfone). **Tailine** disse que estava tentando entender como funciona o processo de  
1048 contratação que inclui cinco vagas para pessoas LGBT e outras cinco para diferentes  
1049 candidatos. Ela expressou curiosidade sobre como isso é implementado e como as  
1050 decisões são tomadas nesse contexto. **Anne Paiva** explicou que considera positivo  
1051 abrir novamente para pareceristas e avaliadores de autodeclaração, após aprender  
1052 com a experiência do primeiro edital aberto para todo o Brasil. O objetivo é aprimorar  
1053 o processo de seleção, credenciando todos os que atendem aos critérios mínimos  
1054 necessários para o trabalho. Dependendo da quantidade de propostas recebidas,  
1055 algumas pessoas são contratadas como prestadoras de serviço, seja como pessoa  
1056 física ou jurídica. Disse que a possibilidade de considerar apenas  
1057 Microempreendedores Individuais (MEI) no futuro para simplificar o procedimento.  
1058 Após a assinatura do contrato de prestação de serviços, os contratados realizam suas  
1059 atividades como prestadores de serviço do estado. O número de vagas não é fixo,  
1060 mas depende da capacidade técnica necessária e da quantidade de propostas  
1061 recebidas. **Tailine** questionou por que já teve um avaliador que não considerou  
1062 relevante sua proposta sobre feira de economia criativa para pessoas LGBT. Ela  
1063 destacou que a resposta dele foi que não via nada de inovador ou relevante nisso, o  
1064 que pode ser atribuído à perspectiva heteronormativa dele, sem entender a  
1065 importância desse movimento para a comunidade LGBT+ que enfrenta carências e  
1066 falta de espaços de acolhimento. Ressaltou a frustração com essa resposta,  
1067 enfatizando que não está tentando reinventar a roda, mas sim criar um ambiente  
1068 inclusivo e acolhedor para pessoas LGBT+. **Anne Paiva** explicou que na época em  
1069 questão, foram enviados ofícios para universidades e entidades solicitando a  
1070 realização de determinada estação. Ela reconhece que esse trabalho é agradável,  
1071 mas também requer remuneração adequada. Portanto, para garantir a remuneração,  
1072 é necessário que a pessoa passe pelo processo de credenciamento. Anne mencionou  
1073 que, ao convidar, por exemplo, universidades através de ofícios, elas são convidadas  
1074 a participar como voluntárias, mas também são incentivadas a se inscrever no  
1075 processo de credenciamento do estado para poder receber remuneração pela ação  
1076 realizada. **Mariellen** sugeriu que os critérios da Lei Paulo Gustavo fossem mantidos  
1077 para o próximo edital, pois ela e seu grupo acharam esses critérios mais acessíveis  
1078 e adequados para sua comunidade. Ela destacou que essa abordagem foi bem-  
1079 sucedida e seria positivo continuar com essa prática para garantir os melhores  
1080 resultados para todos os envolvidos. **Thiago Hermido** mencionou que estão  
1081 planejando realizar uma avaliação da população para garantir critérios mais justos na  
1082 seleção de avaliadores. Ele expressou a necessidade de tornar as justificativas das  
1083 avaliações menos subjetivas, buscando um equilíbrio entre objetividade e  
1084 subjetividade. Thiago também destacou que receberam várias contribuições e  
1085 sugestões valiosas durante esse processo, enfatizando a importância de incluir  
1086 justificativas claras em todos os editais futuros. **Anne Paiva** mencionou que gostaria  
1087 de ouvir palavras finais de todos e perguntou se alguém presente online gostaria de  
1088 contribuir. Ela agradeceu a todos e propôs tirar uma foto para registrar o momento.  
1089 Anne lembrou sobre um questionário aberto, importante para documentar as opiniões  
1090 dos participantes, especialmente para explicar decisões futuras. Ela solicitou que

1091 aqueles que não participaram das últimas reuniões escaneassem e respondessem o  
1092 questionário online, pois ele servirá como base de dados para o relatório que será  
1093 apresentado ao Ministério da Cultura. Assim, sem mais manifesto, deu por encerrada  
1094 3ª reunião de escutas da sociedade civil.

Esta ata, após lida com os presentes, vai assinada por mim e por todos.